

**De:** noreply@ar.parlamento.pt [mailto:noreply@ar.parlamento.pt]

**Enviada:** sexta-feira, 10 de novembro de 2017 15:30

**Para:** DAC Correio <DAC.Correio@ar.parlamento.pt>

**Assunto:** Apreciação Pública do(a) Projeto Lei Nº 609/XIII

## Contributo para a Apreciação Pública do Projeto Lei Nº 609/XIII

<b>Diploma:</b>	Projeto Lei
<b>N.º:</b>	609/XIII
<b>Identificação do sujeito ou entidade:</b>	União dos Sindicatos de Aveiro/CGTP-IN
<b>Morada ou Sede:</b>	Av. Dr. Lourenço Peixinho, 173-5º andar
<b>Local:</b>	Aveiro
<b>Código Postal:</b>	3800-167 AVEIRO
<b>Endereço Eletrónico:</b>	<a href="mailto:usaveiro@cgtpaveiro.org">usaveiro@cgtpaveiro.org</a>
<b>Texto do Contributo:</b>	O Plenário Distrital de Sindicatos da União dos Sindicatos de Aveiro, decidiu subscrever o parecer da CGTP-IN.
<b>Data:</b>	10-11-2017 15:29:55

**Projeto de Lei nº 609/XIII**  
**Atribui o direito a 25 dias de férias anuais, procedendo à 13ª alteração à Lei 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho (PCP)**

**(Separata nº 71, DAR, de 12 de outubro de 2017)**

### **APRECIÇÃO DA CGTP-IN**

Durante os anos de Governo do PSD-CDS/PP, a legislação laboral sofreu profundas alterações traduzidas na fragilização dos direitos individuais e coletivos dos trabalhadores e do próprio direito do trabalho, nomeadamente através do enfraquecimento da contratação coletiva e do princípio do tratamento mais favorável, da precarização dos vínculos laborais, da facilitação e embaratecimento dos despedimentos, da desregulação dos tempos de trabalho, de cortes salariais e imposição de mais horas de trabalho sem qualquer compensação salarial por via da redução de feriados, dias de férias e dias de descanso obrigatório, e ainda redução do pagamento do trabalho suplementar

A restituição dos feriados retirados foi, até ao presente, a única medida tomada no sentido da restituição destes direitos..

Para a CGTP-IN, a revogação das normas gravosas do Código do Trabalho é parte essencial de uma nova política de valorização do trabalho e dos trabalhadores, que passa pela restituição plena e pela continua melhoria dos direitos individuais e coletivos, proporcionando a todos melhores condições de vida e de trabalho.

Neste contexto, a CGTP-IN saúda este projeto de lei, que pretende aumentar o número de dias de férias anuais pagas para todos os trabalhadores do setor privado.

7 de Novembro de 2017